

A BATALHA

Suplemento semanal - PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERARIA PORTUGUESA

Editor: Alberto Dias
Administrador: Domingos Afonso Ribeiro
Propriedade da COMIS-SÃO INTER-FEDERAL
Séde provisória:
Calçada Castelo Branco Saraiwa, 42
Oficinas: Rue da Atalaia, 114
Toda a correspondência para o APARTADO
N.º 329 - Lisboa
Número avulso \$30

AVENÇADO

NADA DE CONFUSÕES

Atribuem-se-nos intenções e mesmo certo espírito de malevolência, quando se trata de coisas russas ou da acção dos partidários, cegos ou interessados, do sistema bolxevique, pensamentos que já mais tivemos, e que, pese muito embora aos nossos detractores, já mais determinou a nossa crítica, ou foram base do nosso critério social e proletário.

Ninguém mais que nós lamenta os ataques e críticas por parte da imprensa burguesa às coisas russas — acção sistemática esta que não corresponde, aliás, à acção governamental e diplomática dos Estados burgueses quando se trata de acordos ou de tratados do comércio com o Estado russo.

E que, neste caso, o que está em causa são os interesses económicos e financeiros dos flibusteiros do comércio e da indústria internacionais e estes interesses sobrepõem-se a todas as ideias de repressão do que se convencionou chamar «bolxevismo» ou «comunismo». Para aqueles interessados da finança, essa coisa de novos Estados qualquer que seja o seu rótulo ou a sua cor, passam a um plano secundário, uma vez que a riquesa possa continuar a dominar todo o Poder estabelecido.

De resto, elas não têm razão para temer o bolxevismo. São os próprios comunistas, agora imperando na Rússia, quem tal confirmam apoiando Staline que não foge à afirmação franca: «que o comunismo russo pode viver paralelamente ao capitalismo, porque se não excluem».

Essa crítica que se faz propulsivamente por parte de certa imprensa de grande tiragem, não passa de especulação.

Quereríamos muitas vezes ser persistentes na campanha de elucidação do proletariado a respeito das coisas russas; precisavamos abrir os olhos a muitos daqueles que se deixam cegar por quiméricos panoramas do «paraiso» russo para bem se aquilatar da falsa e convencional felicidade do proletariado daquele país, em nome do qual se exerce a pior autoeracria. Mas é a própria imprensa burguesa quem desse trabalho nos impede, muitas vezes, para não surgir a calúnia de que com essa imprensa fazemos causa comum.

O mal estar russo serve às mil maravilhas para aquela imprensa realizar o seu jogo de defesa dos interesses da classe exploradora.

Serve, mais, para obstar ao livre desenvolvimento, sereno, claro, ruilante das ideias de libertação humana, que continuam em oposição aberta a todos os convencionalismos que assentam numa base mentirosa e falsa.

Estamos em caso parecido quando combatemos os partidários daquelas tremendas mentiolas — esses que vão pululando nos bas-fonds do proletariado e que entre este exercem uma verdadeira acção dissolvente, de scisão e de desmoralizante desorganização.

A esses nós poderíamos dizer, com toda a razão e justiça, porque o fariam com inteira verdade:

— «Vós, com a vossa acção dissolvente, estais a realizar um trabalho de traição, porque quem divide o proletariado e o desvia da sua rota emancipadora, só favorece a burguesia dominante».

Mil vezes poderíamos dizer estas e outras coisas parecidas e sempre dentro da verdade, porque nos podemos apoiar na sua própria acção. E também não o fazemos, muitas vezes, porque é a mesma imprensa burguesa quem lhe empresta uma falsa auréola de martírio e de acção, quando classifica os acontecimentos operários — que podem ser orientados desde o anarquista ao simples social-democrata e que na maior parte dos casos são determinadas por circunstâncias imperiosas das crises e do consequente mal-estar económico geral — como «obra dos comunistas», quando, ao fim e ao cabo, a acção repressiva envolve todos sem distinção.

Ora é necessário esclarecer, que nada existe de comum entre a acção da imprensa burguesa e a nossa acção. A acção daquela está compreendida pela sua própria função de «imprensa da classe dominante», quando a nossa acção é a de defesa da classe dominada e que pretende orientar-se dentro da verdade e da razão, porque a norteia os mais lídimos ideais de verdadeira e integral libertação humana.

Que isto fique assente, para não mais se espacular com a nossa atitude, em que está em causa a emancipação do proletariado. Nada de confusões...

Tipógrafos desempregados

E' no próximo dia 1 de Dezembro que se realiza a festa de solidariedade, a favor de 5 tipógrafos desempregados. Essa festa que promete ser, sob todos os aspectos interessante, efectua-se no Centro Escolar dr. Magalhães Lima.

Vicente Garcia

CRÓNICA

CONTRASTES

Mais um que a parca arrebatou do número dos vivos — um dos velhos militantes, que já mais soube o que era claudicar...

Vicente Garcia foi um lutador que veio dos velhos tempos em que na Espanha se feriam as polémicas sobre o colectivismo e o comunismo anárquicos.

Como comunista-anarquista foi dos primeiros e nestas ideias se manteve até à morte. Filho de camponezes e tanoeiro de profissão, Vicente Garcia fez uma educação autodidacta. Aos 24 anos publicava, em S. Sebastian, *El Combate*, cujo primeiro número lhe custou 3 meses de prisão, só por não esperar que sua magestade terminasse naquela estancia realasca o seu veraneo. Pela segunda vez, 1891, publica aquele jornal em Bilbau. Mais tarde, em Logronho publicou *Justicia Obrera*. Mas, com a perseguição patronal, falta-lhe o trabalho, e Vicente Garcia retirou para Vizcaya, chegando a ter a seu cargo a direcção dum escola laica.

Em 1901 expatriou-se. Foi para Davlais (Sul de Gales), Inglaterra, com o fim de conseguir que suas filhas aprendessem o inglês, onde chegou a trabalhar nos Altos Fornos por não ter trabalho na sua profissão. Ainda para que suas filhas aprendessem o francês, fixou-se em Bordeus, França, em 1906. Mas em 1912 é expulso de França.

Voltando para a Inglaterra, de ali colaborou assiduamente em grande parte de jornais de língua castelhana. *Cultura Obrera*, *Cultura Proletária*, da América do Norte; *La Protesta*, da Argentina; *Revista Blanca*, de Barcelona, etc. de todas recusando retribuição monetária como paga dos seus assimilados serviços à causa da emancipação humana.

Soledad Gustavo diz de Vicente Garcia: «Não era uma inteligência, e nunca pretendeu sê-lo; mas era uma vontade que procurava vencer os obstáculos que se opunham ao logro das suas aspirações ideais, e esta vontade punha todo o seu saber, cada dia maior».

Por sua vez *Cultura Proletária*, diz: «Garcia foi um dêste carateres dum só peça, teimoso, optimista no meio de fraquejantes e doentes, que preferem partir-se em mil pedaços antes que transiçôr com uma injustiça, venha de onde vier. As suas virtudes tiveram mais poder que os seus defeitos de homem. Amou muito os homens e ainda que atraído e atacado por correligionários seus, tinha fé na bondade e, por isso, lutava por um mundo melhor».

Vicente Garcia nasceu em 18 de Julho de 1866. Moreu, pois, com 64 anos. Um belo exemplo de amor pelas ideias e de tenacidade na luta.

NA INGLATERRA

POLÍTICA DE MAC DONALD

Os eleitores ingleses desiludidos com Mac Donald votaram agora com os conservadores.

Mac Donald tinha prometido uma solução ao problema do desemprego e o número dos sem-trabalho triplicou. Bem sabemos que a responsabilidade não é dele, mas sim do sistema que representa. Todavia o facto não deixa de demonstrar a sua impotência.

A pesar de tudo isto os cegos obstinados de todas as seitas marxistas, continuam a apregoar os seus elixires para a solução da questão social por métodos parlamentares e estaduais.

Na vida há contrastes de tal natureza, que nos custa acreditar como a sociedade consiga livrar-se do seu sossobro completo, quando assim lhes permite tão criminosa existência.

Eis um dos mais flagrantes e que bem ambiude se nos depara:

Conheço uma mulher que encontro sempre descalça, pés rugosos e deformados, faces tisanadas e emmagrecidas, cabelos compridos e em desalinho, mal cuidados, mãos longas e calosas, vestuário já sem cor e muito remendado, e sempre a aflorar-lhe nos lábios, como grito de desespero, a negra imagem da dor. Uns afastam-se dela com certo ar de ofendidos, outros com comiseração e outros ainda com repugnância.

Conheço outra que é a sua antítese perfeita: pés que se adivinham pequeninos e marmóreos, calçados sempre em sapatinhos de luxo, cabelos curtos tratados com o máximo esmero e os quais uma ondulação cuidada torna quase revolto, faces acetinadas e rosadas, lábios purpúreos, colo alto como linho, vestidos de seda feitos pelos últimas, jingurinhos e pelas primeiras modisturas, joias caras, e sempre, sempre a borbulhar-lhe na boca quente e sensual um enigmático sorriso. Uns a vê-la aproximam-se indiscretamente, quase se roçam enteidos pelo seu perfume, outros olham-na extasiados, e outros ainda lançando-lhe furtivamente e sempre que podem, olhares de desafio e de promessa.

E' bem nitido pois o contraste na aparência destas mulheres; mas elle mais fortemente se vincula, parecendo pôr de parte toda a lógica, quando se conhecem as suas vidas íntimas.

A que nos aparece toda brilho e explendor, é a que vive, pode dizer-se, no abismo sombrio da imortalidade. Dir-se-ia um sol nas trevas. Já teve três filhos e ainda não amamentou nenhum; dorme numa cama macia como arminho e alva como jaspe e não sabe estender um lençol; nunca faltou o pão na sua mesa e desconhece que, para que assim seja, outros, numa tareja constante, gotejam bagos de suor sobre os cabos das encadas nos intermináveis dias de verão. Até a própria água que bebe quase lha põem na boca.

A outra vive atrelada à tida do campo em paga de um misero salário que ela aproveita para sustento seu e de quatro crianças; teve nove filhos e todos foram amamentados com o leite da sua verdadeira mãe; dorme numa cama áspera como um dia de fome, cama que ela amacia com o seu corpo torturado; na sua mesa nunca pisaram as iguarias que alegram a vista e bem dispõem os estômagos, mas já caíram sobre ela muitas lágrimas de desespero. Guarda no coração, como reliquia fervorosa, a lembrança de um amor ao qual a morte pôs termo... E a outra... tem um filho parecido com o seu chauffeur, e dizem que esse chauffeur... é empregado de seu marido.

E no entanto é a ela que, ao passar, todos dizem num misto de admiração e cubica: «Isto sim, isto é que é uma autentica mulher!... E a sociedade continua a fazer leis, a terra a sua rotação no espaço, os homens a filosofar, e a outra mulher, violentado factor desse contraste miserável, atrelada à terrível grilheta do seu viver de forcada.

António Vitorino

Ler e propagar "A Batalha" é o dever de todos os trabalhadores.

A INTRIGA

Com que direito?

Noutro lugar inserimos uma circular da Câmara Sindical do Trabalho, de Lisboa, que vem contestar as afirmações, falsas e tendenciosas, duma outra circular que a Comissão Inter-Sindical enviou aos sindicatos de Lisboa, prosseguindo assim na sua obra de desagregação do proletariado.

A C. S. T. de Lisboa, ao elaborar a sua contestação, desconhecia, com certeza, todo o conteúdo da circular contestada, só assim se compreendendo que não responda à nota final do referido documento, que diz assim:

— A fim de constituir um arquivo para estudo dos problemas que interessam ao proletariado, roga-vos esta Comissão que lhe envieis cópia da resposta desse organismo à circular da Camara Sindical de Lisboa.

Ora aqui temos um processo novo, que está, inevitavelmente, dentro das novas táticas, um processo com certas características policiais.

Nós poderíamos perguntar com que direito se atraíram os indivíduos que constituem esta prelusa comissão inter-sindical, que o proletariado organizado não reconhece, nos trabalhos de organização da C. S. T., organismo saído e ratificado em Congressos do operariado organizado?

Com que direito se atrevem aqueles indivíduos, dois ou três—ou mesmo meia duzia—a pedir a cópia da resposta dum organismo a outro, quando isso pertence ao fórum íntimo de cada um, à vida interna e autónoma de cada organismo em presença?

Que é para um arquivo destinado ao estudo dos problemas do proletariado?

Mas isto é uma habil maneira de mascarar o trabalho dissolvente de intriga desses indivíduos. Mas é uma habilidade que se descobre. Os problemas do proletariado são todos os que estão dentro da chamada *questão social*—os problemas: económico, social, moral, pedagógico, intelectual, sociológico, científico-histórico, etc., à face dos seus direitos de humana libertação e emancipação, dentro das aspirações de progresso, de justiça, de bem estar comum.

Agora a cópia da resposta dum organismo a outro, que se refere apenas à sua vida orgânica sindical, à sua vida de relações íntimas de organismos responsáveis?...

Não, esse pedido encobre apenas este desejo, que está dentro das novas «táticas», conhecer as opiniões dos diversos organismos e com esses elementos continuar a sua obra de abusiva intromissão na vida sindical, espalhar com elas o veneno desmoralizador da scisão, que conduza o movimento operário às mãos dos homens que de há muito aspiram a que toda a vida e ação do proletariado fique às ordens dum partido político.

Mais nada.

Cairão os sindicatos na esparrela desta baixa manobra?

Só se forem aqueles onde haja homens dispostos ou políticamente interessados, em desviar os organismos de que façam parte para fóra do seu verdadeiro caminho, sério, honesto e digno.

EM SILVES

A SITUAÇÃO DO OPERARIADO

Por correspondência que temos recebido daquela localidade, os trabalhadores sofreram bastante com a crise que ali há.

Vai em 5 meses que estão encerradas para cima de vinte fábricas de cortiça, atingindo 500 operários que há 20 semanas não recebem férias. Imagine-se, por este facto, a situação destes trabalhadores. Para mais, até teve de desaparecer, por falta de recursos, a cantina que funcionava no Sindicato dos Corticeiros, onde os filhos dos desempregados iam comer.

Toiros de morte

J. Paulino de Souza escreve-nos, apontando uma série de anomalias verificada na Sociedade Protectora de Animais e a felicitar o autor do artigo que tinha o título que encima esta local e publicado num dos últimos números do nosso jornal. Não é novo o que nos aponta de mau na S. P. de A. Há muito que verificamos esses inconvenientes e outros que o autor dessa carta não cita.

Quanto a nós, e para mais não dizemos, essas e outras barbaridades da civilização não se combatem com sociedades dessa natureza, onde a actividade de muitos se perde. Há outros meios de acabar com esses espectáculos, que, duma forma definitiva, só o serão numa sociedade melhor organizada.

UMA IDEIA EM MARCHA
BASES PARA A CONSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE OPERÁRIA

Publicamos hoje as bases da Universidade Operária, ideia que foi agitada nas nossas colunas por M. O. e por outros apreciada.

Não se podia ficar, apenas, pela ideia. Era preciso ir mais além e ir mais além representava tornar conhecidas as bases, assim de se poderem discutir, roubando-lhe o inútil e acrescentando o que nelas faltar e seja necessário prever.

Elas ai ficam. Que todos os interessados as discutam e se proponham colaborar nesse trabalho de notável importância.

1.º—A Universidade Operária será essencialmente uma associação escolar, que terá por fim o desenvolvimento da mentalidade e das aptidões especiais da juventude operária, facilitando-lhes uma cultura superior baseada nos princípios da escola científica, activa e integral.

2.º—Haverá três espécies de sócios: assistentes, correspondentes e auxiliares. As duas primeiras categorias pagaráo a cota mensal mínima de 10\$00 e os sócios auxiliares a cota mínima mensal de 2\$50.

3.º—Os sócios assistentes administrarão e dirigirão, colaborando com o Conselho Pedagógico, a Universidade, e os correspondentes terão direito a lições por correspondência.

4.º—Para as lições por correspondência será criada uma secção especial, dirigida por um professor e uma comissão de alunos.

5.º—Outras comissões, além dos corpos gerentes, desempenharão determinadas missões, conforme os serviços ou trabalhos a realizar.

6.º—Os sócios colaborarão com os professores em todos os trabalhos pedagógicos, administrativos e higiénicos da Universidade. Serão elas os primeiros responsáveis na manutenção da disciplina e boa ordem dos trabalhos escolares, assim como na conservação do material didáctico e mobiliário.

7.º—A inscrição como sócio assistente só será permitida mediante a apresentação da carta de exame da 4.ª classe do ensino primário ou a aprovação num exame de admissão, que será realizado nos primeiros dias de Outubro.

8.º—O limite mínimo para a admissão de sócios será de 14 anos completados até 31 de Dezembro.

9.º—A Universidade Operária funcionará em curso nocturno, das 20 às 24. Haverá aulas teórico-experimentais e aulas práticas. As primeiras terão a duração de 50 minutos, com intervalos de 10 minutos entre cada uma e as segundas 70 minutos com intervalos de 15.

10.º—As matérias a estudar formarão 6 grupos, do seguinte modo:

Línguas: Português (Análise morfológica e sintática; Análise literária ou estilística; Arte de escrever; Arte de falar em público); Francês; Inglês; Alemão; Esperanto.

Ciências matemáticas: Aritmética; Geometria; Mecânica.

Ciências físico-químicas: Física; Química; Mineralogia; Geologia.

Biologia: Anatomia; Fisiologia; Higiene; Botânica; Zoologia; Antropologia.

Psicologia: Psicologia geral; Pedagogia; Metodologia; Pedagogia.

Socio-ogia: Geografia geral; Geografia industrial; Geografia comercial; História

do movimento operário nacional e mundial; História do trabalho (profissionalismo); História das instituições sociais (horda, tribo, clã, comunidade, nação, humanidade); História da Arte (desenho, modelação, pintura, escultura, arquitetura); Dança; Música; Teatro. Filosofia social.

11.º—O Curso constará de 6 classes, correspondendo cada uma a um ano lectivo. Experiências, texto e trabalhos práticos frequentes permitirão aos professores e alunos averiguar da competência e aproveitamento de cada um destes. No fim do curso, porém, o aluno terá de escrever uma tese e defendê-la perante o Conselho Pedagógico, que, no caso de aprovação, entregará ao aluno um documento comprovativo do resultado da sua prova e aptidões profissionais.

12.º—Os planos de estudo correspondentes a cada disciplina serão organizados de modo que os assuntos a estudar estejam em estreita relação com os trabalhos práticos a realizar. Não haverá estudos abstractos ou separados das questões ou problemas da vida real. Das matérias aproveitar-se-ha para estudo, para apreciação e fixação, o que pode aplicar-se imediatamente, em experiências ou em realizações objectivas. Em qualquer altura, o aluno deve saber para que estuda determinados assuntos e saber aplicar, no seu ofício ou especialidade para que se prepara, os conhecimentos adquiridos.

13.º—Não haverá programas impostos préviamente. O professor, ao ser chamado a serviço, organizará o seu plano de estudo respeitante à matéria que terá de reger durante todo o curso, de acordo com estas bases e com os regulamentos em vigor e sujeitá-lo-ha à apreciação do Conselho Pedagógico, que poderá alterá-lo ou rejeitá-lo.

14.º—O ano lectivo, na Universidade Operária, começará em 15 de Outubro e terminará em 31 de Junho. Durante as férias realizar-se-hão excursões de estudo e colônias de férias, no campo.

15.º—O Conselho Pedagógico, sempre que o entender conveniente, escolherá Centros de interesse e propô-lo-ha para estudo aos respectivos professores. Estes centros de interesse serão subordinados às disciplinas de Sociologia.

16.º—Para estudo das aptidões individuais e determinação das carreiras ou profissões que convêm aos alunos, será criado um gabinete de orientação profissional, dirigido por um professor, ajudado por uma comissão de alunos.

17.º—As instalações da Universidade Operária serão organizadas de acordo com estas bases e terão as condições suficientes para o regular funcionamento das aulas. A princípio e nos limites das possibilidades materiais, poderão funcionar apenas as aulas julgadas indispensáveis.

18.º—Adquirir-se-ha o material pedagógico suficiente para que as lições possam ser dadas de acordo com os princípios da escola científica, activa e integral. Nenhuma aula poderá iniciar-se sem estar realizada esta condição.

19.º—O Conselho Pedagógico, órgão que terá a responsabilidade moral, material e jurídica de toda a vida da Universidade Operária e que assistirá a todas as reuniões com voto deliberativo, será constituído pelo secretário geral da C. G. T. ou seu delegado, pelo professor director, pelo secretário

geral da Associação escolar e por dois educadores de reconhecido mérito pedagógico nomeados pela C. G. T.

20.º—O Conselho Pedagógico poderá assistir às aulas de cada professor e intervir nas lições. Colaborará estreitamente com os professores e alunos, propondo as alterações que julgar convenientes aos métodos e processos de ensino, promovendo as experiências que lhe parecerem necessárias, para o bom êxito dos trabalhos escolares.

21.º—Os professores receberão, como remuneração pelo seu trabalho, 15\$00 por cada tempo lectivo. Mas aceitar-se-ha o concurso dos professores que quizerem reger disciplinas gratuitamente, desde que o seu trabalho e as suas doutrinas pedagógicas estejam de harmonia com estas bases e com os regulamentos.

22.º—Os professores serão contractados a título de experiência, pelo prazo de 3 meses, findo o qual reunir-se-á o Conselho Pedagógico e resolverá se o serviço do professor deve ser aceite para o resto do ano lectivo.

23.º—Para fazer face às suas despesas, terá a Universidade Operária os seguintes rendimentos: Cotas dos sócios, subsídios dos sindicatos operários e C. G. T., donativos dos amigos da instrução, produto de récitas, saldos de excursões, produto da venda do sélo da Universidade Operária, etc.

24.º—A C. G. T. convocará uma reunião de militantes operários e educadores da Escola Social, para serem apreciadas e aperfeiçoadas estas bases e de onde sairá a Comissão Instaladora da Universidade Operária, a qual elaborará os regulamentos necessários e realizará todas as démarches, para que a instituição comece a funcionar em Outubro de 1931.

M. O.

EM TIRES

Realiza-se uma Assembleia Geral

A Caixa de Auxílio na Doença dos Operários da Construção Civil de Tires e Arredores reuniu-se em assembleia geral, para apreciação do projecto de modificações nos estatutos.

Entrando-se na ordem dos trabalhos, Lourenço Luís Sabido, membro da comissão que tinha sido nomeada para elaborar os novos estatutos, procede à leitura dos mesmos, artigo por artigo. Os 1.º e 2.º são aprovados sem discussão. O artigo 3.º sofreu discussão sendo, por fim, aprovado, depois das explicações dadas pelos membros da comissão. Os restantes artigos foram todos aprovados depois de algumas explicações trocadas entre os sócios e os membros da comissão. Foi resolvido acrescentar, ainda um artigo sobre penalidades, ficando a comissão encarregada de lhe dar redacção definitiva.

Em seguida, entra-se na 2.ª parte da ordem dos trabalhos, tratando-se da situação de dois camaradas que, presentemente, se encontram doentes.

Por proposta dum membro da assembleia os ditos camaradas ao completarem o primeiro período de doença, que é de 3 meses a 10\$00 por dia, passarão ao segundo período e o segundo ao terceiro. Só depois passarão à qualidade de inabilitados.

Mais nenhum camarada se manifestou sobre a proposta, sendo posta à votação e aprovada por unanimidade.

Em seguida foi a sessão encerrada.

Ler e propagar «A Batalha» é o dever de todos os trabalhadores.

Os Rurais realizaram uma conferência em Evora

Pelas 14,30 com a sala da U. S. O. de Evora, completamente cheia, J. J. Candieira, em nome da Comissão Nacional de Relações, Estudo e Defesa Rural abre a sessão, expondo que era fôrça convocada para os delegados das diferentes Associações rurais presentes na Conferência tomarem conhecimento do trabalho realizado pela mesma Comissão desde que ela se constituiu, auxiliada pela Comissão Inter-Federal de Defesa dos Trabalhadores. Convida para presidir o camarada Cajana, do Sindicato de Evora, que por sua vez convidou para secretários os camaradas José P. Lola, do Sindicato de Terrugem e M. Carmo Leite, da C. N. R. E. D. R.

Em seguida procedeu-se à leitura do expediente, verificando-se estarem presentes delegados dos sindicatos de Evora, Escoural, Terrugem, Santo Aleixo, Juromenha, Portalegre, S. Manços, Vila Franca de Xira, Cano, Siborro, Montoito, Reguengos, Redondo, Vendas Novas, Pegões, Graça do Divor e Borba tendo alguns sindicatos justificado a sua falta. Estava presente também, o delegado da Comissão Inter-Federal de Defesa dos Trabalhadores.

Após a leitura do expediente, Candieira é o relatório financeiro da Comissão Nacional de R. E. D. Rural que corresponde desde 17 de Agosto até 22 de Novembro de 1930, o qual não sofreu discussão, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida lê o Relatório moral da mesma Comissão o qual, após historiar os trabalhos feitos para reabrir o Sindicato de Evora, explica como foi constituída a Comissão e o trabalho que, até esta data, 23 de Novembro, desenvolveu para conseguir dar aos trabalhadores rurais os seus organismos de classe e para que estes tivessem eficiência. Foram convidados para esta magna reunião das classes rurais 49 sindicatos que tinham existido em diferentes localidades. Alguns dos convites vieram devolvidos por as respectivas associações não terem ainda vida. De outras localidades vieram justificações da não comparecência a esta reunião por diversas dificuldades. A Comissão só não convidou para tomarem parte na Conferência, os sindicatos que estão sendo orientados por políticos ou religiosos.

Após a sua leitura a assembleia manifestou a sua concordância com o trabalho realizado, aprovando por unanimidade o Relatório moral.

E' posto então á apreciação da assembleia o parecer da Comissão N. R. E. D. Rural sobre a crise, horário, etc., tendo pedido a palavra após a sua leitura o delegado de Vendas Novas, camarada F. Pincho, o qual se manifesta de acordo com ele, dizendo ser necessário que todos o apoiem decididamente, dando todo o seu apoio à Comissão N. R. E. D. Rural nas «démarches» que encetar para para materializar os pontos expressos no mesmo parecer. Candieira, que se segue no uso da palavra, segue na mesma ordem de ideias, afirmado que, enquanto existem terrenos que há 20, 30 e 40 anos não têm sementeira, existem centenas e centenas de trabalhadores que não têm onde empregar os braços. Todos os rurais têm o dever de auxiliar a sua Comissão Nacional de Relações, fornecendo-lhes indicações acerca dos terrenos que estejam nessas condições. Chega a ser paradoxal e ninguém acreditará que os rurais, sendo os que exercem a profissão que é a base da vida, são exactamente aqueles que actualmente, não tendo onde empregar os seus braços, vagueiam pelos campos, morrendo de fome.

Januário Botelho, da Comissão, que fala a seguir, mostra a sua satisfação por ver reunidos os rurais de diferentes terras do país, o que não sucedia desde 1925. Verifica, que acorrendo ao chamamento da Comissão Nacional de Relações, os rurais se manifestam de acordo com os princípios que nortearam a Federação Rural e que são os únicos que melhor se coadunam com as necessidades dos trabalhadores e os conduzirão à sua emancipação. Espera que os delegados presentes irão para as suas localidades fazer a maior propaganda da Organização.

Não havendo mais nenhum delegado inscrito, o delegado de Terrugem, José P. Lola apresenta uma moção no sentido de encarregar a Comissão Nacional de Relações a pôr em prática todo o trabalho que julgue necessário para materializar o parecer. E' aprovada unanimemente.

Os delegados de Vendas Novas e Terrugem apresentam uma proposta conjunta, propondo a nomeação da nova Comissão Nacional de Relações, a qual é aprovada por unanimidade.

E' dada, seguidamente a palavra ao delegado da Comissão Inter-Federal de Defesa dos Trabalhadores e da A Batalha, camara-

A ESCRAVIDÃO NA ANTIGUIDADE

A vida dolorosa dos escravos e as suas condições de trabalho

A instituição da escravidão é tão velha como a antiga sociedade mesmo. Ela vai até à época, em que os agrupamentos primitivos, esquecendo a sua vida nómada, começaram a fixar-se sobre a terra, e transitaram da pastagem do gado à agricultura, como maneira principal da existência material. Ela existiu nem junto dos povos primitivos, que viveram o produto da caça e da pesca, nem junto das tribus de pastores, ou ela não tivesse tido uma causa final. Ela apareceu apenas no estado de evolução definida das primitivas sociedades, exigindo a divisão do trabalho suficientemente progressivo. A escravidão, como forma definida da divisão do trabalho social, substituiu e adicionou-se à velha divisão do trabalho entre homens e mulheres.

Os escravos pertenciam plenamente aos seus amos, que podiam fazer deles o que quisessem. Eles eram coisa sua, objecto, como a vaca e o seu terreno. Eles não tinham personalidade civil ou jurídica e não disfrutavam quaisquer direitos pertencentes aos restantes membros da sociedade.

De princípio, a sua situação, não foi demasiado penosa. Ocupados exclusivamente nos trabalhos domésticos, vivendo em casa dos seus amos e senhores, comendo à sua mesa e seguindo-os em todas as circunstâncias da sua vida, eles eram considerados como fazendo parte da família e tratados com bondade. Con quanto teóricamente eles fossem propriedade dos patrões, a lei, contudo, proibia maltratá-los, e puniu severamente, algumas vezes com a pena de morte, o assassinio do escravo praticado pelos seus amos.

Mas com o decorrer dos tempos, a sua situação agravava-se consideravelmente. De começo, não vimo-los serem ocupados exclusivamente nos trabalhos caseiros, onde eles estavam em contacto permanente com os seus donos, e de cuja existência eles em parte compartilhavam. Mas, pouco a pouco, com o desenvolvimento da profissão industrial, ocuparam-nos também nos trabalhos industriais, onde eles fizeram concorrência ao trabalho livre. Finalmente, quando as guerras, ininterruptas, dificultavam aos pequenos agricultores explorar as suas terras, e quando estes foram, pouco a pouco, caindo nas mãos de um reduzido número de grandes fazendeiros, senhores de vastíssimos latifúndios, os escravos foram empregados em massa nos trabalhos do campo, onde a sua concorrência fez fugir, quase completamente, o trabalho livre. O seu trabalho foi dispu-

tado e preferido ao trabalho livre, porque ele era mais barato e porque os escravos não eram obrigados a servir a vida militar.

A escravidão do trabalho foi tão vantajosa, que ela se transformou a breve trecho em um vasto comércio de escravos, protegido pela lei e mantido pelas continuas guerras e por verdadeiras caçadas ao homem, empresas essas com o fim exclusivo de arranjar escravos. As populações vencidas eram totalmente aprisionadas e expediadas como mercadoria, depois vendidas em leilão nas numerosas feiras de escravos, que, então, abundavam. Elas eram em tão grande número, que em alguns lugares, o seu número foi muito superior a mais do triplo dos cidadãos livres. Em Roma, especialmente, onde a escravidão atingiu o seu mais alto desenvolvimento, durante o Senado Romano as guerras empreendidas e a submissão de populações inteiras sob a República Romana, depois sob o Império, fizeram afluir à cidade, e mesmo em toda a península, enormes multidões de escravos.

A sua situação tornou-se, com o tempo, mais miserável. Considerados, não como pessoas, mas como objectos, instrumentos falantes, em contraste com os irracionais, que eram instrumentos que não falavam, os seus senhores poderiam maltratá-los, mesmo até matar, a seu belo prazer.

Aceitou-se, até, em Roma o hábito de os assinalar com um instrumento, com o qual, de costume, se lhes batia. Os seus dorsos e seus membros levavam esses sinais visíveis. Eles não podiam casar. Podiam, apenas ter relações ilegais com a escrava. E isso ainda dependente da autorização dos seus algozes. Estes podiam prostituir à vontade, mediante determinada soma de dinheiro, proibindo-lhes todas as relações sexuais entre si. Obrigaram-nos, também, a trabalhar todo o tempo, durante o qual eles não dormiam, apenas lhes sendo consentido, para o sono, o tempo estritamente necessário para terem a máquina em estado de funcionamento. Quando eram velhos e incapazes de trabalhar, vendiam-nos como ferro velho. Finalmente, os escravos nunca poderiam possuir como coisa sua, tudo, o que eles com o seu esforço adquiriam. Quando faziam trabalhos independentes, pertencia o produto deles aos seus donos.

Quão distante se estava das relações patriarcas dos tempos primitivos! Obrigados a trabalhar com cadeias desde o crepúsculo até à noite, sob a vigilância dos guardas, armados com compridos chicotes, com que

os açoitavam sem compaixão ao mais pequeno, desfalecimento no trabalho; miseravelmente alimentados, por vezes assinalados a ferro e fogo, ou as cabeças meio tosquiadas, para que eles não podessem fugir; apertadamente fechados durante a noite em horíveis e miseráveis cabanas, ou em subterrâneos iluminados por estreitas janelas, aonde as suas mãos não atingiam, cruelmente punidos ao mais pequeno erro—eles eram tratados como bestas. Cada tentativa de fuga era punida com o suplício da cruz. Para onde poderiam eles ir de resto? Essas tentativas de fuga deram, sempre, poucos resultados; elas representavam movimentos de desespero, que finalizavam, invariavelmente, da mesma maneira.

Quando eram presos e reconduzidos a seus donos, eram marcados a fogo, estampando-lhes nas mãos ou nos pés, ou sobre a fronte e no pescoço, o anel da punição, que levava uma inscrição, como se fossem cães com coleira. Eram assim enviados, depois, para o trabalho nas minas ou nas pedreiras.

Durante a maior parte do tempo, como castigo, atiravam-nos às feras ou executavam-nos por outros tormentos piores. Esta execução realizava-se ordinariamente pela crucificação. O condenado, levando sobre os seus ombros o *Patibulum*, peça de madeira pesada, que se lhe introduzia até à nuca, era conduzido à força de chicote e de bastão até ao lugar da execução. Ali fixava-se o *patibulum* ao poste, e o infeliz era pregado pelas mãos às duas traves do *patibulum* e pelos pés ao poste. Por vezes, contudo, variava-se na maneira da execução. Atirava-se o condenado ao forno, onde ele era queimado vivo, untando-o com pêz. Quando o assassino era realizado contra a pessoa do dono do escravo e não era conhecido o seu autor, todos os escravos eram considerados como solidariamente responsáveis por essa morte. Eram, então, bárbaramente executados.

Os escravos, que trabalhavam nos moinhos, eram os mais infelizes. Cobertos de disformes farapos, na fronte estampado o ferrete da ignomínia, a cabeça meio raspada, os pés apertados com anéis de ferro, o pescoço em uma espécie de anel, que lhes dificultava levar a mão à boca e provar assim a farinha, que eles moiam,—eles viviam em uma atmosfera de fumo e de escuridão, de terror, enfim, que apenas lhes deixava livre o uso dos olhos.

Tal era a situação dos escravos no apogeo da antiga sociedade. E compreendem-se as amargas palavras de Mommsen: «Pensei, quem quiser, as profundidades deste mar de dores e miséria, é suficiente observação sobre a condição destes mais inferiores e infelizes entre os proletários para convencer imediatamente, sem receio de contradicção, que os negros apenas têm para beber uma gota de cálice, em comparação com as dores sofridas pelos escravos romanos.

M. Olivier

(trad. de J. V. Júnior)

A BATALHA

CONDICIONES DE ASSINATURA:

CONTINENTE e ILHAS:
Série de 10 números..... 3\$00

ÁFRICA:
Série de 20 números..... 8\$00

ESTRANGEIRO:
Série de 20 números..... 11\$00

Pagamento adiantado

Toda a correspondência deve ser enviada para o APARTADO n.º 329.

LISBOA

NA ILHA DA MADEIRA

Impressões da vida dos trabalhadores madeirenses e da sua organização sindical

Não vou aqui relatar-vos as delícias dum viagem até à ilha da Madeira, e fugindo ao vulgar, não vou fazer umas crónicas de viagem que só, relativamente, podem interessar os trabalhadores. Este interesse, podem-no satisfazer em quaisquer crónicas do género, feitas por qualquer escritor que possa estilho e uma observação que eu não posso ter por me interessar mais a vós e a organização sindical daquela povo que visitou.

Com 200 mil habitantes, numa superfície de 50 mil quilómetros quadrados, a ilha da Madeira é, no seu aspecto, na sua indumentária, um paraíso deslumbrante. É impressionante, vê-la do mar, numa rua típica, ou dominando-a das enormes alturas. Mas outra impressão a sua causa prescrevendo-a na vida dos seus habitantes.

A miséria reina, talvez mais porque a ignorância e o quebrantamento moral vivem no próprio povo por toda a parte, o padre, em vez do professor.

Fanatizado pela influência clerical, pondo-lhe uma favorável percentagem de 90% de analfabetos, facilmente se comprehende que quaisquer tóda a população operária não saiba ler. Sugeito a confessionário, à catequese, o operário madeirense, na sua generalidade, quaisquer que só reza e trabalha. Quando não trabalha, reza.

Reza ao levantar, quando engana o estómago ao partir para o trabalho, torna a rezar quando larga o trabalho para almoçar e ao pegar de novo, tornando ainda a rezar quando larga e quando vem jantar, para ainda rezar ao deitar. É um perfeito estigma a manter-lhe o espírito não lhe deixando um momento livre para raciocinar na sua difícil situação.

E tal é a sugestão daquele povo ao poder clérical que, na rua, desce do passeio para deixar passar o padre, persignando-se humildemente.

Som vermos isto não podemos explicar como numa população de 200 mil habitantes o Liceu do Funchal lecciona só a 100 alunos, e a Escola Comercial e Industrial António Augusto de Aguiar, leccione também a 100 alunos. Mas se olharmos para o Seminário do Funchal vemos-lo frequentado por 700 alunos, a toldar, como uma nuvem negra, o futuro e a liberdade moral e económica do povo madeirense.

Agora vamos penetrando a ilha em qualquer direção, e sentimo-nos embriagados com o pujante da vegetação, culturas que se recolhem duas vezes no ano, altitude de três mil metros, acima do nível do mar, donde nos sentimos pequenos e confusos ao ver o que se perde a nossos olhos. Tudo é lindo, mas no povo o mesmo veu densa do analfabetismo.

Por mais que se procure, em Câmara dos Lobos, Machico, Ponta do Sol, Santa Cruz, Ribeira Brava e muitas outras localidades, não existe uma escola primária, mas a cada passo depara-se uma capela, igrejas, ermida, santuários, etc., lugares de fé de fundamento, sómente.

A vida é caríssima, muito mais do que em Lisboa. Os salários são reduzidíssimos.

A exceção de alguns metalúrgicos das fábricas do açúcar, conservas e Arsenal de S. Tiago, que trabalham 8 horas por dia, em tócas, as demais indústrias trabalham 12 e 14 horas, numa exploração desmedida. Os próprios chauffeurs, que trabalham sem salário, tendo apenas uma percalagem, não têm horário, acumulando-se nas práticas, dias consecutivos sem trabalho, chegado por vezes a ganharem num mês só 300\$00. Os que têm salário não avolumam mais de 15\$00.

Mas sentem-se bem. A organização sindical não lhes interessa, e nota-se uma falta de espírito de organização. Apesar de algumas exceções, a organização que existe é mantida pela persistência e pela energia de alguns continentais que ali se encontram.

Já ali existiu uma União de Sindicatos Operários, e que foi aderente à C. G. T., composta dos marítimos, construção civil, criados, chauffeurs e outras classes. Porém, foi sempre alvo das maiores perseguições, vivendo a custo com a indiferença e o aniquilamento da vontade pela propaganda do

Ler e propagar «A Batalha» é o dever de todos os trabalhadores.

J. C. Pires

confessionário. Tiveram um órgão na imprensa, que se chamou O Proletário, tendo este formato e igual cabeçalho do que a nossa A Batalha.

Dessa organização restam hoje os criados, os chauffeurs e os marmitões devido à persistência dos poucos camaradas que se dedicam à luta pela emancipação.

E verdade que, espalhados por muitos daqueles lugares, existem algumas associações de classe cuja existência e vida são desconhecidas, mas que às vezes se movem, para nos fazer sair dos labios um sorriso dolorido. Há dias, já tendo voltado, lia no Diário de Notícias do Funchal, representante deste de Lisboa, a notícia de que a Associação da Classe dos Carreiros do Monte festejava o seu aniversário com uma missa. Vejamos se o pode considerar esta Associação, se nela impera a paz?

E necessário que do continente irradie a propaganda, que se encrie para aquelas Associações o nosso jornal, que cada classe de Lisboa envie os seus órgãos corporativos para ver se rompe o isolamento, e que a propaganda sindical também chegue áquelas paragens.

Há ali muito a fazer, e se a nossa propaganda, escrita só que seja, alia chegar a dar a conhecer àquela gente que os trabalhadores do continente lutam pelo seu bem-estar e pela sua emancipação, e que este exemplo possa fortificar, aquele povo terá de despedir.

Bernardino Santana

OBSERVANDO...

O sofrimento só será debelado pelo esforço de quem sofre

O homem, mesmo que não possua dotes de talento ou de cultura, se for proletário e viva exclusivamente do seu esforço, do seu trabalho—através de todos os tempos mal remunerado—terá nisso o mestre que o fará compreender que o seu mal estar económico e social só é oente, só de si dependendo a sua extinção. Mas para tal, precisa cultivar-se angariando o verdadeiro conhecimento das causas do seu sofrer, e, simultaneamente, estudar quais as medidas mais eficazes para diluir todos os preconceitos e flagelos que o deprimem.

É demasiado paradoxal a afirmação, quanto à emancipação dos oprimidos, que certos e determinados políticos fazem, procurando fazer crer nos elixires que propagam. Outro fim não têm que não seja o de induzirem os trabalhadores a abdicar do seu caminho emancipador, para confiar em si, a sua remissão, e actuarem no sentido de os levar às cadeiras-dominio. Depois... senhores do querer, posso e mande, fazem à massa produtora o mesmo que hoje se faz, em toda a parte mesma na Rússia. Em suma, fariam como todas as facções políticas.

E o que aos novos dominantes mais interessa, após a sua acção predominante, seria dissolverem a força desse mesmo povo, que lhes serviu de escada, por onde subiram aos altos poderes para que outros não subissem, apesar do cumprimento das suas promessas.

Quero isto dizer que todos os Estados são impotentes para resolverem o grande problema económico e social. O Estado consiste no domínio e o domínio na obediência. Constituindo esta no direito da força, só tende para pôr os homens em permanente desigualdade económica, sinônimo de desigualdade social.

E como poderemos agir, livremente, dentro de um ambiente social, fundamentalmente princípio de autoridade?

Saiímos, trabalhadores, que somos os principais lesados, vítimas de todas as iniquidades da sociedade.

Só a nossa acção persistente fará sentir os seus efeitos na transformação dessa sociedade. Essa acção é necessária e urgente.

Messines,

A POTÊNCIA DO TRABALHO

SITUAÇÃO PRESENTE E O CAMINHO A SEGUIR

A insignificância do homem perante a sua própria obra. O seu gráu de possibilidades e a sua servidão voluntária

Temos, como trabalhadores, como produtores e forjadores das riquezas sociais, uma potência incomparável. Tudo se baseia no trabalho, desde o pensamento mais subtil às pesadas instituições parasitárias do privilégio. Se essa base faltasse faltariam as condições principais da vida e todo o mundo humano viria abaixo, como montão de ruínas.

E brilhante essa civilização moderna, com as suas máquinas, com as suas cidades monstruosas, com os seus arranha-ceus, com os seus meios de transporte; é como uma dessas criações da imaginação fértil das novelistas e poetas à Júlio Verne. O homem sente a sua impotência em frente da sua própria obra e cai de joelhos ante ela, como fizeram os primitivos ante os deuses da sua fantasia. Mas tóda essa civilização é movida só pelo nervo do trabalho, do trabalho que sustenta com a sua energia criadora e do trabalho que poderá transformar, levar por rumos novos, ou deter tudo automaticamente.

A escravatura é, todavia, mais voluntária que imposta, ainda que não possamos descartar a existência desta última, que efectivamente existe, mas que existe porque se encontra na nação.

Se a servidão voluntária desaparecesse, a servidão externa imposta.

não teria onde apoiar-se e desvanecer-se ia. Por isso, insistimos na formação de homens conscientes, na criação de personalidades que tomem em suas mãos as rédeas dos próprios destinos e governem o seu pequeno mundo individual. Este é o caminho mais sólido e seguro da emancipação e da liberdade. O homem livre dirigirá a sua força de trabalho no sentido que mais conviesse à sua liberdade e ao seu bem-estar. Não trabalharia mais que naquilo que responde ao seu objectivo digno da sua vida humana.

O trabalhador que constrói os armazéns, que edifica as prisões e os palácios para os seus senhores, que concorre com o seu trabalho, directamente, para sustento do mundo parasitário, é o primeiro culpado da sua situação miserável e da sua mesquinha existência escravizada. Porque põe a sua potência de trabalho ao serviço de estranhos fins, quando deveria aspirar a fazê-la servir a fins próprios?

Nós queremos que o homem empregue o trabalho, a maior potência que existe, em coisas úteis e necessárias, e que o faça com o intuito de diminuir, cada dia, as energias do capitalismo. De contrário, faremos pouco em gritar, sólamente nos dias solenes, contra os amos, enquanto o resto do ano agachamo-nos o dorso e nos submetemo-nos humildemente a estranhas imposições.

Temos que tornar conscientes os nossos actos, evitando exibições de gestos e gritar de termos, que nada representam em esforço que se destine à transformação da organização social.

E preciso que condicionemos a vida de maneira a não sofrermos por erros que são nossos, também. Que autoridade temos, quando clamamos contra a guerra, se somos nós quem fabrica e fornece os meios de a fazer? Porque nos queremos quando o azorrague nos fere, se somos nós que, voluntariamente, nos submetemos?

E podíamos multiplicar as interrogações, que sempre encontrámos resposta demonstrativa da nossa infeliz culpa na ordem de coisas estabelecida na sociedade actual.

E preciso que nos convençamos de que a potência do trabalho não deve ser arma ao serviço da burguesia. Se ela de nós depende, se nós somos quem a cria, a nós deve pertencer o seu manejo. Quando neste sentido tóda a nossa actividade se encaminhar, e quando nos desvincilharmos da servidão voluntária, teremos dado um passo definitivo para a nossa emancipação.

SOLIDARIEDADE

Os homens assemelham-se menos aos animais na prática da solidariedade, quanto mais se civilizam. Não é com prazer que esse facto se pode verificar, pois representa uma regressão nos modos de convivência na sociabilidade que todo o sér—humano ou animal—tem necessidade de sentir. As sociedades existem porque a solidariedade—natural sempre—impulsiona os homens à colaboração e, naturalmente, à actividade em comum. Mas, a solidariedade tem aí um desvirtuamento. Quando deveria ser apoio mútuo na adversidade, contacto permanente entre os homens para minorar os infortúnios da vida, é relação estreita para o mal, para a separação dos homens. E, ao mesmo tempo, paradoxo e realidade insofismável. A solidariedade natural, tornou-se nesse caso nociva, porque os seus efeitos foram contrários ao objectivo que ela, sempre, visou.

Mas nós não queremos falar dessa solidariedade. Queremos referir-nos a uma outra que, embora tenha a sua base naquela, se desenraia a minorar o sofrimento de companheiros de luta, fornecendo a si e a suas famílias, o necessário ou alguma coisa para o seu sustento.

Esta solidariedade é mais grandiosa nos seus objectivos, porque é o desvio de sentimentos naturais para a consciência do dever: auxiliar os que a nosso lado caem na luta. São companheiros nossos; vímos como eram bons e sinceros lutadores; como não fugiam ao perigo e às responsabilidades. Catram, arrastando, na queda, a família para uma vida de incertezas? E' nosso dever prestar-lhes todo o nosso apoio moral e material.

O apoio moral todos o podem dar. O apoio material é um pouco mais difícil, mas não é impossível. As dificuldades materiais dos trabalhadores são muitas. Mas podem, assim mesmo, desvirar um pouco da sua fértil para concorrerem para diminuir as dificuldades desses nossos companheiros.

Para tornar mais eficiente essa solidariedade, existe, de há muito, a F. P. de S. E' a ela pois que todos temos de prestar o nosso auxílio, certos de que elle chegará a todas as vítimas, qualquer que seja o seu credo político ou social, desde que catam no campo onde a luta social se está mantendo.

Solidariedade, pois! Que não o esqueçam os companheiros.

DA FRASEOLOGIA

Correcções necessárias a afirmações que não correspondem a nenhuma realidade

Revolução imediata quer dizer, já, de seguida, hoje mesmo até. Não tolera um instante de demora; é acto a realizar logo que se sente.

Rigoremo-la, ainda, dando às coisas uma certa lentidão: é aquela que se prepara para breve, que dispõe tudo para a sua consecução, e que, à pressa, sem perder um momento, se organiza.

Calma! Veja-se até que ponto vai o delírio dumha imaginação assustadora. Abstruídos do Jacobinismo de agora, ponderemos o que é e pode ser uma Revolução Social.

Isejamos também uma revolução imediata; não a profetissem nem a desejem, mas que a façam os nossos vindouros. Mas não queremos sugerir, grosseiramente, que se une com uma palavra Benimbrada que se use com agrado.

Una Revolução Social não é uma insurreição que se dispõe para hoje ou para amanhã, será uma sucessão de insurreições, que tomarão latitudes, e conquistarão para as minorias atuantes, cada vez mais, um maior número de adeptos e combatentes. Será o conjunto de circunstâncias favoráveis de toda a ordem: o estado de exaltação popular, difíceis condições económicas, uma simples repressão pode ser o inicio, mas depois de uma luta que tenha já enfraquecido o poder defensivo e ofensivo do capitalismo.

Anda não começamos sentindo que esse poder esteja já enfraquecido, porque é ainda o proletariado o enfraquecido. Infelizmente ainda só se ouvem rumores dessas lutas do

DA AMÉRICA DO NORTE

Os portugueses ali residentes editaram outro manifesto

A colónia portuguesa residente nos Estados Unidos, é numerosa. Entre elas há espalhadas camaradas de ideias e algumas cidades, mesmo, funcionam agrupamentos de camaradas que se entregam a uma actividade conlaboradora.

Anda, ultimamente, editaram um manifesto de propaganda anarquista que é devese ser curioso e revela a utilidade do esforço reivindicado por esses nossos camaradas.

Isto recordamos os períodos que seguem:

As comunas e os soviéticos livres, diferentes dos actuais comités de fábrica, ou soviéticos políticos, como o sindicato autónomo, filiado por afinidades ideológicas à A. L. T., dos sindicatos arregimentados ao catolicismo...

Sim, mediatamente que acima fica exposto e convencer-vos-heis de que, se fosse admitido o céo e o inferno dos católicos, no céo encontraremos no dia em que a emancipação dos trabalhadores seja um facto e no inferno encontram-se todos os povos, incluindo o russo, que está submetido, não a autoridade pessoal dum Czar, mas à de seus sucessores que em nome de um comodismo ou, comodismo despótico-governamental, pretendem dominar a força, divorciar os povos das suas velhas aspirações à liberdade—submetendo-as à sua autoridade colorida.

A falta de autonomia administrativa, nos centros operários, e, a teimosia de quem se escuda e defende a ignorância do maior mundo—para fins interessados, é claro,—são a raiz da dissidencialidade que lamentamos!!

Trabalhadores! Irmãos de sofrimento!

Pode de todo todo, absolutamente todo o partidarismo político e, dedicar-vos ao estudo da vossa causa que, depressa vos convencereis de que se há um acaso burgues—dizes algures José Prat—também há uma autoridade proletária, que vos espreita sem de tal lares conta.

UM

Pr para o grupo «Anti-idólatra»—este grupo desaja relacionar-se com todos os elementos aliados—escrever a: «Anti-idólatra», 139 (Box 92) County St., New Bedford, Mass., (U. S. A.)

proletariado que avisinharia o período pré-revolucionário.

Mas o que ainda sugestionam algumas cidades é o simples conceito de finalidade revolucionária, que supõem aproximar-nos, a todos a pressa, desse período convulsivo: a conquista do poder político pelo proletariado.

Esta reivindicação de carácter político, é que é exclusiva aos partidos marxistas, com sem a ideia dumha ditadura revolucionária. Não apressa por si esse período que não pode ser gerado por estas simples opiniões.

Dentro da elementar dialéctica comunista não pode existir a ideia dumha revolução imediata, porque esta, dogmática, determina que aquela será uma resultante do desenvolvimento do capitalismo da racionalização dos processos de produção. Ora essa racionalização da produção, na forma capitalista, ainda não atingiu o auge, e que é o ponto onde o marxismo faz principiar a revolução. O capitalismo explora ainda novos filhos nos povos coloniais, a hegemonia dum capitalismo reduzido e definidamente colectivizado, ainda não a vimos. Portanto esta contradicção salienta-se entre a teoria e a prática do comunismo estatal; é a palavra-vaca de qualquer partido sugestionado multitudes.

A ideia dumha revolução imediata não existe como ideia determinada, existe como necessidade dum partido que procura antecipar-se a uma Revolução Social, limitando-o o seu objetivo aos seus fins.

Compreendo a ideia dumha revolução imediata, como preocupação de conjugar todos os esforços, agir nas ocasiões próprias procurando aproximar-nos cada vez mais dela. Fazê-la não será só mais difícil, e não será isso que há de ser motivado pela ideia da posse do poder político ou a sua destruição. Estes conceitos fazem parte já do período revolucionário, são os detalhes da sua defesa, da sua extensão ou limitação.

A revolução será indiferentemente feita

PONTAS DE FOGO

O divórcio secular

Não se trata dum desses divórcios litigiosos entre cônjuges incompatibilizados, cuja separação legal, pendente de desiderato judicial, em religiosa observância pelo código da... justa e sã moral estabelecida se aguarda durante anos,—como há memória—arrastando o preconceito e as conveniências a causa delicada pelos tribunais... para alimento do inferno no lar e do escândalo na rua.

O divórcio de que vamos tratar, o mais moroso que conhecemos, vem pendendo, como que adormecido, do desiderato do tribunal Tempo, constituído pelo indeciso júri dos Séculos... É a separação, mais que justificada, do povo trabalhador, dos messias de Sua Tudo a Política.

O muito que se tem trabalhado a favor desse afastamento, a ninguém deverá bastar para que o assunto de hoje nas «Pontas de fogo» lhe mereça a categoria de *tradicional* ou a cômoda e fácil classificação de *sem importância*.

Julgamos pouco todo o esforço que seja possível envidar tendente a separar os que vivem do trabalho, fecundo e criador, dos que vivem da política, ociosa, nefasta e devassa.

Creamos, mesmo, que o favor desse divórcio, para nós de magna importância, se não tem feito o suficiente—não obstante uma visão rial nos trazer a intutiva conclusão que só podemos, como auxiliares do juiz Tempo, influir na noção deliberatória do divórcio que tanto urge.

Para ajuizarmos da tristíssima condição a que se resignam os trabalhadores rurais de, principalmente, determinadas regiões desse país... que na História ganha a luz que perde no espírito do povo, é preciso viajar, poder-se viajar, viver junto deles, acompanhá-los à administração do concelho, à cambra, à Fazenda, às tesourarias, à igreja, à mercearia, à tabacaria, ao campo, à farmácia, aos cartórios e tribunais, às repartições públicas, ao hospital e ao cemitério—ver, observar, auscultar e sentir tão comovente miséria, tão insuportável martírio, tão cruel desdita, tão assombrosa ignorância!

Referimo-nos aos campões do norte, Beiras, Trás-os-Montes e Minho—regiões cheias de encanto e beleza, para cujos povos são mais pródigos os nossos historiadores do que a Natureza na sua maravilhosa obra estética...

Percorramos essas paragens; e se as nossas pernas forem o coração e o espírito abnegadamente ao serviço da mais humana das causas e do mais nobre ideal, encontraremos bem pronunciados traços de primitivismo a recuar-nos à noite dos tempos distantes, e expostos, em relevo e nas suas cores e traços genéricos, os quadros de miséria absoluta, ignorância, pavorosa e submissão cega—a comover-nos intensamente, a abismar-nos, a chamar-nos, a acordar e incitar o eu da nossa condição de homens à transformação daquele museu de desdita, num só quadro de vida alta, vigorosa, livre e bela...

Preparamo-nos para uma reportagem, documentada, por essas regiões, em 1926, quando enviamos à C. G. T. um extenso relatório sobre a máxima expansão de *A Batalha*, organização e propaganda nessas terras, propondo-se o signatário custear uma boa parte das despesas com a ida, lá, dum delegado, que acompanhámos—missão que não levou a cabo porque, pouco depois, havia A Batalha afônica, até há pouco e graças aos louváveis cuidados e esforço de algumas camaradas, levando a cura da enferma.

Estão muito áquém, os rurais do norte, da cultura e educação emancipadora dos rurais do sul, como estes muito distanciados estão dos trabalhadores dos grandes centros urbanos, onde um conjunto de circunstâncias favoráveis facilita uma cultura mais considerável, que em geral têm, não só em relação aos campesinos mas também aos trabalhadores dos vários ofícios de todas as regiões de menor importância urbana, comercial e industrial.

Os nortenhos, vítimas da sua ignorância, da sua miséria económica e da exploração dos políticos e politiqueros, estão pendentes: do patrão, porque os pode despedir do merciário, porque lhe devem um arratele de arroz; do logista, porque ainda lhe não pa-

UM DOCUMENTO

RESULTADO DUM INQUERITO, FEITO A UM MIGRANTE

Relatório apresentado pelo sindicante nomeado

dessa ansiedade justificou-se. Quanto aos gastos, atendendo ao prolongamento da delegacia, não foi além da tabela, no entanto poderia ser evitável a perda de tempo precioso. Quanto a quantias nada diremos, em virtude dos documentos terem desaparecido no assalto. Quanto ao caso Vallina, trata-se dum perseguido da reacção espanhola e beneficiado pela C. G. T. e se culpa houve em auxiliar largamente Vallina, o Conselho Confederal foi o único responsável — pois que Manuel Joaquim de Sousa, quando muito, foi um influente — pois que havendo no Conselho Confederal uma corrente de oposição que nunca impugnou tal solidariedade e ainda ter passado no congresso sem reparo algum; nestas condições tal acusação carece de fundamento quando se queira atribuir a culpa a um indivíduo. No caso de Sevilha não conheço por menor algum, que possa colocar mal os dois delegados idos àquela cidade, cuja jornada passaram na cadeia; se porventura merece discussão tal missão, em detalhes anteriores, não dá margem a uma acusação pessoal a não ser que se pretenda salientar o facto que durante o tempo de cativeiro os camaradas detidos foram auxiliados, o que nós julgamos um dever de solidariedade da C. G. T., solidariedade que foi prestada a muitos presos por questões sociais — a não ser que haja qualquer irregularidade que eu desconheça—no entanto estou convencido que, quer no caso que diz respeito a delegados ou como recurso, não foram eles delegados que se nomearam a si próprios — Manuel Joaquim de Sousa e Manuel da Silva Campos; quando presos, privados de dispôr dos fundos da organização, não podiam influir de modo algum nas resoluções da mesma, atendendo à situação em que se encontravam. Por conseguinte se alguma coisa de anormal houve foi com a intervenção de scundos.

Sobre o caso da delegacia a Paris, estou convencido que toda a discussão e irritação que se desencadeou no Conselho Confederal não foi de oposição à ida de delegado ou de discordância ideológica mas tam sólamente, a ida de um delegado sem conhecimento do Conselho Confederal; a responsabilidade foi não só do delegado como dos que arbitrariamente o nomearam e ainda aos poucos fundos de então. A propósito devo dizer que caso idêntico sucedeu com a nomeação de Perfeito de Carvalho à Rússia — pois que não é caso virgem! mas que o Conselho de então acolheu de bom agrado — por que havia confiança mútua e recursos; a-pesar-de esse delegado não cumprir com o seu mandato como devia — pois que abusou da confiança dos camaradas que lhe facilitaram uma aspiração que era de bába intenção para nós, e nunca de um fim reservado político ou de satisfação pessoal.

Concluindo: acho todas as reclamações em volta destes assuntos e outros que possam dar margem ao divisionismo na organização operária, extemporâneas e atentatórias à maicha emancipadora. Eis, camaradas, o que se me oferece dizer em minha consciência, com verdade e justiça.—Lisboa, Julho de 1930.—O Declarante: Joaquim de Sousa.

Ao Comité Confederal

Prezados camaradas: — Em resposta ao convite que me dirigiste sobre esclarecimentos de responsabilidades de M. J. de Sousa nas delegacias por este camarada feitas e outros actos por este praticados, quando componente do Comité Confederal sou a informar-vos, para esclarecimento da verda-

garam uns metros de cotim ou riscado; do cura, porque fuiado disse uma missa; do médico, porque lhe devem uma visita; do senhor fulaninho, porque fez um favor nos da justiça, tirou um filho, etc.; do farmacêutico, porque lhe restam o custo—um *for déle*... dumas hóstias ou dumas gramas de borax—tudo para se manterem submissos, humilhados e vendidos para as próximas eleições!!

E' esse e por isso, o divórcio que urge conseguir para libertar esse pobre povo!

Correia de Sousa

nchados nas missões, para as quais nunca ia de motivo próprio, mas sim por resoluções dos restantes membros do Conselho e Comité Confederal. — Lisboa, 1 de Julho de 1930.

NOTA:—Passo a presente declaração por esta ser a expressão da verdade. De resto se assim não fosse não o faria por duas razões, a saber: 1º — Porque a organização operária, para se impôr aos inimigos devem os actos dos camaradas que estão à frente dos organismos, ser de molde a não prejudicar a moral da colectividade; 2º — Porque se não fosse verdade o que afirmo colocar-me-ia mal com a minha consciência.

Por último aproveitando a oportunidade lastimo que seja necessário este documento; reconhecendo que se Manuel Joaquim de Sousa se tivesse abandonado—como alguns dos seus inimigos — tal declaração não seria necessária.—A. Dias.

DE LOANDA

Na Associação de Classe dos Chaufeurs de Loanda

Reuniu em Assembleia Geral esta Classe, para discussão e aprovação do Projecto de Alteração dos Estatutos, elaborados pela Comissão Administrativa, sendo relator o camarada Daniel dos Reis. Presidiu o camarada Augusto Tomás Viegas, secretariado por Alberto de Almeida Pais e Artur Matias de Carvalho.

O camarada Augusto Tomás Viegas, começa por saudar a Organização Operária em geral e na especialidade a Classe a que pertence, exortando os Condutores de Automóveis a ingressarem no seu Sindicato, para uma completa união da classe, para assim se conseguir o seu desenvolvimento profissional, moral e intelectual e uma maior reivindicação do seu direito à vida.

Em seguida, procede-se à apreciação de trabalhos elaborados pela Comissão Administrativa sobre impostos e contribuições da classe, os quais foram sancionados pela Assembleia.

Entrando-se na Ordem dos Trabalhos, é requerida a discussão e aprovação na generalidade do Projecto de Alteração dos Estatutos.

Usam da palavra os camaradas Augusto Tomás Viegas, Armando José de Oliveira, Artur Matias de Carvalho, Alberto de Almeida Pais, Francisco Sério, Daniel dos Reis, Henrique Silva, Aníbal Machado, Eugénio Câmara Lopes, Manuel Madeira e outros, que emitem a sua opinião e fazem emendas ao Projecto dos Estatutos. Estes foram sancionados pela Assembleia Geral.

Em virtude da aprovação dos seus novos Estatutos este organismo passa a denominar-se Sindicato dos Condutores Profissionais de Automóveis de Loanda.

Este Sindicato pelas suas novas Bases Estatutinas criou também seguinte:

Organização dum Biblioteca, para recreio e desenvolvimento profissional e intelectual. Edição dum Jornal de Defesa da Classe. Organização dum Escola, para os filhos dos associados. Caixa de Auxílio na Doença. Caixa de Solidariedade e Assistência Jurídica. Conselho Técnico e Bolsa de Trabalho.

Antes de terminar a sessão o camarada Augusto Tomás Viegas, alonga-se em considerações de ordem sociológica, organização operária e liberdade de pensamento, exortando os Condutores de Automóveis a acorrerem ao seu Sindicato quando se realizem Assembleias Gerais, a fim de dar maior impulso à missão do seu organismo e uma maior comunhão de ideias, fazendo votos para o estreitamento dos Lícos de Solidariedade entre os mesmos, alheando-se de quaisquer ódios ou preconceitos para que a classe caminhe na vanguarda da organização operária. A sessão terminou com bastante entusiasmo.

DE ODEMIRA

Um julgamento e o que es-
passa na escola

No tribunal desta comarca respondeu, no dia 17 do corrente, Feliz Diogo, natural de Panoias (Ourique), acusado de ter tomado parte nos assaltos do Vale de S. Tiago, em Novembro de 1918. Não sendo provada a acusação, foi absolvido.

Brevemente responderão os outros acusados.

* * *

Em consequência dum qualquer reforma do ensino, não foram admitidas nas escolas algumas dezenas de crianças em idade escolar. Estamos a dois meses de aulas e nenhuma providência tomou ainda dadas. Dado o ambiente em que este facto se arrasta, possivelmente muitas crianças perderão o ano escolar. E depois chamem-nos subversivos! Os professores em exercício, que, por vezes, têm dado mostras de bem compreenderem a sua alta missão, também, por dignidade profissional, devem agir para que, ao menos, não sejam tomados como responsáveis pelo que se está passando.

Razão tinhamos quando, antes da abertura das escolas, chamavamos a atenção dos corticeiros, por serem os que estão organizados, para a criação de aulas noturnas que podiam, muito bem, funcionar na própria sede—e mais, estávamos longe de supor que, nem de dia, para muitos não haveria escola. E' claro que os corticeiros não nos ouviram destas colunas, como não deram, ao que parece, grande importância ao que verbalmente, sobre o assunto, lhes foi dito. Não achamos bem! Assim é andar mal no caminho das reivindicações operárias.—(C.)

NA AMÉRICA DO NORTE

Misérias do desemprego

Numa assembleia religiosa o Mayor Curley declarou que muitos desempregados em Boston estão maltratando-se e ferindo-se a si próprios, a fim de conseguirem entrada no hospital.

A-pesar-de haverem sempre durante o verão 400 camas devolutas no hospital, este ano têm estado todas tomadas.

PELOS MOBILIÁRIOS

Protesto contra uma redução
de salários

A-fim-de apreciar uma proposta apresentada no passado sábado pelo patrão, reuniram-se no seu organismo de classe, os operários da oficina de marcenaria de Teotónio da Silva.

Estes camaradas depois de verificarem que a proposta em questão, longe de lhes minorar a sua situação, é deveras afrontosa para quem há já uma dezena de anos o serve e revela tão pouca consideração por aqueles que lhe têm metido dentro do seu cofre, alguns milhares de escudos—resolveram repudiar essa proposta entregando a sua causa ao Sindicato e paralizando o trabalho até que o patrão se demova dos seus propósitos, posto que os seus operários nada têm que ver com as causas que, porventura, deram origem a uma desinteligência entre este senhor e a casa que lhe dá o respectivo trabalho.

Afirma-se este senhor muito amigo dos seus operários e dêles ter muito dó, mas esquece que para manter a sua orgia, vem prejudicando os seus operários com uma redução de dias de trabalho que se mantém há já uns oito meses. Não contente com isso, vem para mais aumentar a miséria de quem o tem servido, com uma baixa de salários que os mais pacíficos e ordeiros se revoltaram, pois elas são de dois a cinco escudos, esquecendo este benemérito que a proposta apresentada, longe de o beneficiar o prejudica, posto que com o descontentamento provocado, os seus servidores trabalharão com menos vontade o que para ele industrial, só representa prejuízo.

Na revista mensal de ciencia, sociologia e arte —

«AURORA»

encontra-se, em todos os números, leitura útil ao estudioso

A Câmara Sindical
do Trabalho de Lisboa

dirige-se aos Sindicatos, delegados sindicais e de locais de trabalho e a todos os trabalhadores

Caros camaradas:

A Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa, fiel aos seus fins, procura reorganizar e reagrupar os sindicatos de Lisboa numa ação conjunta na luta em defesa das conquistas proletárias e na melhoria das suas condições morais e económicas. Não deseja manter lutas com qualquer organismo de carácter proletário; mas a política de divisão que propositadamente se espalha entre o proletariado força-a a repôr a verdade, chamando a atenção dos sindicatos e dos trabalhadores para as manobras divisionistas que se fazem, em nome dos seus interesses, e, especulativamente, em nome da luta de classe dos trabalhadores contra a burguesia.

Não desejariamos, portanto, falar da Comissão Inter-Sindical; temos abstido de falar dela, não por cobardia, mas para não irritar paixões que aquele organismo agita. Desejariamos antes deixá-la na mansão tumular, onde se encontra, donde de vez em quando, sentenciosa, pretende impôr ao proletariado as «palavras de ordem» do Partido Comunista, cujo resultado, para sua ingloria satisfação, se constata dia a dia na desorganização do proletariado, que deserta em vista da intriga que fervilha, como cortejo dessa obra de absorção dos sindicatos pelos seus agentes.

E' precisamente a circular que a Comissão Inter-Sindical dirigiu aos sindicatos operários de Lisboa, procurando destruir o efeito da nossa exortação, o resumo e a demonstração dessa obra em benefício dum partido meio burguês e meio proletário — o Partido Comunista — e em prejuízo do proletariado e das suas organizações de classe.

Esclareçamos:

Insistem os nossos detractores que a Câmara Sindical não existe, que morreu; mas para que vêm publicamente com os maiores ataques, opondo a mais tenaz oposição a este organismo? O que não existe, não merece atenção; logo, se a Comissão Inter-Sindical se sente impulsionada a agredir-nos continuamente é porque agimos; é porque temos ideias expostas—as ideias dos trabalhadores—e que provocam o alarido dos que nisso têm conveniência política. Diz a mesma Comissão: «Ninguém mais do que nós lamenta a situação criada, de divisão para as forças operárias locais. Dela não somos culpados, porém, e mais ninguém do que a Câmara Sindical do Trabalho, pela sua irredutível atitude, a provocou.» Nada mais especulativo, e mal intencionado.

A divisão entre o proletariado de Lisboa tem aspectos vários. Primeiramente existem alguns sindicatos marítimos que já não foram aderentes a esta Câmara, mesmo quando toda a organização se achava unificada; mantiveram-se sempre no seu corporativismo. Actualmente joga-se com esta situação, um tanto agravada por circunstâncias que inumeraremos. São culpados os que abandonaram a Câmara Sindical, que provocaram a divisão, e que mais tarde vieram a constituir a Comissão Inter-Sindical quando a C. S. T. estava coacta, e não podia agir, conforme se pode ver na nota do Sindicato dos Empregados no Comércio, publicada na imprensa em 3 de Agosto do corrente ano.

Mas elucidemos.

Em Fevereiro p. p., o Sindicato dos Empregados no Comércio e Indústria, aderente à C. S. T., convocava os sindicatos de Lisboa a reunir para apreciar a atitude a tomar em face dos ataques do patronato ao horário de trabalho. A Câmara foi convidada a assistir, por quanto não se podia apresentar publicamente, e a reunião deu-se. Alguns presentes, obedecendo já a um plano preconcebido de formar um organismo local que fosse a agência dessa ação política dentro dos sindicatos, apresentaram habilidamente uma moção para, entre os sindicatos presentes, ser nomeada uma comissão para tratar do assunto. A moção foi aprovada; seguidamente aquela comissão preparada, intitula-se Comissão Inter-Sindical de Lisboa; e, em vez de consultar o proletariado, como com tanta liberalidade, advogada para que a Câmara «consulte as massas operárias...» pois que não conhecem... «processo mais democrático e libertário...», apresenta-se como «senhora» e impõe as palavras de ordem dum subsídio no desemprego, gratuitidade nos transportes, de localidade para outra, e isenção do pagamento da renda da casa... Quem lhe deu esses poderes? Onde e quando consultaram a massa, de que tanto falam? Esses não eram os seus propósitos; o proletariado é que havia de aceitar o que o Partido Comunista impõe! E contudo atrevem-se a desautorizar a Câmara Sindical quando esta está constituida pelos sindicatos de Lisboa, e as suas reivindicações são aquelas que, sem ludibriarem o proletariado com ilusões que falam ao egoísmo, espéculando com a miséria dos trabalhadores, são a expressão dos sindicatos aderentes, e a vontade dos trabalhadores expressa nos seus congressos.

A Comissão Inter-Sindical foi, por outros modos, o que, algum tempo antes, pretendiam os mesmos indivíduos no conselho geral desta Câmara: fazê-la dissolver-se; mas os sindicatos que estavam ali repeliram a manobra, não querendo ser cúmplices na morte dum organismo proletário, quando estavam em perigo as mais caras regalias dos trabalhadores: a jornada de trabalho, e os salários descreciam.

E' o despeito dessa data que se reaviva de novo contra nós, e veja-se a nota publicada na Imprensa pelo Sindicato dos Empregados no Comércio, de 3 de Agosto e a nossa de 17 do mesmo mês.

A C. S. T. exortando os sindicatos a aderirem-lhe, exprimiu o desejo dos sindicatos aderentes de terem ao pé de si aqueles que, por causas várias, estavam afastados; mas a Comissão Inter-Sindical que deseja a divisão feita por completo, dirige-se aos sindicatos de Lisboa pretendendo **constrangê-los a não aderir**, e então espécula, dizendo não ser culpada, ser uma forcada a estar de fora, pela nossa irredutibilidade. Mas aí não tem que considerar-se de fora, por quanto a C. S. T. só tem relações com os sindicatos e não com uma tentativa divisionista, embora ela se chame «Comissão Inter-Sindical». E' aí a êses sindicatos que nos dirigimos e a êles que ainda de novo informamos, esclarecendo-os.

Pretendendo sugerir, apresentam o confronto da nossa exortação com a ação dum patrão em face dos seus operários em greve; este convida-os a voltar ao trabalho, estudando depois as suas reclamações. Primeiramente os sindicatos a quem nos dirigimos não nos puzeram condições de adesão, e os que já nos responderam, manifestaram-nos a sua solidariedade moral; tampouco existe uma greve de sindicatos; existe, sim, uma ofensiva dum Partido político contra a Câmara, porque esta, fiel aos princípios da luta de classes pela ação sindicalista dos trabalhadores na luta contra o capitalismo, não se submete pela vontade dos sindicatos aderentes, à falsa concepção da *luta de classes* (?) de quele partido.

Diz a aludida circular que a C. S. T. está enfeudada a um sindicalismo anarquista, e que isto é que tem arredado os trabalhadores do seu seio. Mentira! A C. S. T. orienta-se pelas resoluções dos congressos operários onde, como o da Covilhã, que a circular da C. I. S. considera «que representando de facto uma verdadeira consulta dos trabalhadores», se imprimiu uma orientação a qual obedeceram os Congressos de Santarém e Extraordinário de Lisboa. Não se faça especulação contra a organização sindical que querer ser livre da influência de partidos políticos.

A Comissão Inter-Sindical que nunca se nos dirigiu para qualquer causa, nem oficialmente, como mentiroso diz na sua circular, porque é preciso dizer-se—não tem categoria para o fazer—põe a questão duma «revisão e actualização de táticas, da organização operária», que considera o único processo honesto de pôr termo a este desgraçado estado de cousas, de que são aliás absolutamente culpados.

Lembraremos ao proletariado quais são as táticas que defenderam ao saírem do nosso seio, do seio da organização confederal, não nos sentindo obrigados a uma consulta à qual o proletariado organizado já respondeu solenemente.

(Continua na 8.ª página)

COMO SE TRABALHA...

Nas Companhias Reunidas Gaz
e Electricidade

A situação em que se encontram os electricistas que estão sob o domínio das Companhias do Gaz e Electricidade, é pouco satisfatória. Têm estes camaradas dois cheques, que dirigem o serviço, e que nas suas funções se não comportam como devem.

Com o maior ciúme obrigam os electricistas a pegar no serviço antes da hora marcada sem os incomodar mais coisa alguma. Aquele que se manifestar contra a sua atitude é imediatamente despedido.

Por vezes, até são estes camaradas, obrigados a fazer horas suplementares, não as pagando como manda a lei.

Mas não ficam por aqui as suas habilidades. A Companhia paga aos electricistas as passagens nos eléctricos. Pois quando são apresentados os bilhetes para lhes serem pagos, nem sempre os recebem, porque determinado chefe afirma terem os electricistas apanhado estes bilhetes na rua pretendendo, portanto, vigarizar a Companhia.

Mais factos aqui se passam que a todos revoltam, como, por exemplo, as atitudes de determinado ajudante, armado em capataz. Este toma atitudes que repugnam, indo ao ónus de concorrer para o despedimento de pessoal pelo motivo mais insignificante.

E' esta uma situação insustentável, perante a qual os operários electricistas não devem ficar indiferentes.

A. dos S. (Electricista).

MARCO POSTAL

Evora. — Correspondente. — Nada recebemos do que foi indicado ao delegado da C. I. F. à Conferência Rural.

F. O. — Quando te resolves a escrever? **Alfarelos.** — Serafim Nunes Tavares.

A sua assinatura ficou paga até ao n.º 10.

Lisboa. — Francisco dos Anjos. — Recebemos Esc. 10\$00 e a sua assinatura ficou liquidada, até ao n.º 40.

Marcos. — A. C. Silva. — Seguem os números perdidos. Quanto ao assinante, de que fala, esperamos carta.

Estoi. — João da Silva. — A sua assinatura ficou paga. Não temos capas para os «Mistérios do Povo» nem exemplares desta obra porque foi tudo destruído.

Porto. — A. Gomes Paiva. — Recebemos 7\$50. Quanto à expedição do jornal é sempre feita dum só vez. O atraso indicado é no correio da.

Ponta Delgada. — Ventura Fernandes. — A sua assinatura ficou paga até ao n.º 41. Agradecemos.

Tunes. — António dos Santos Pedreira. — A sua assinatura ficou liquidada até ao n.º 30. Agradecemos.

Estremoz. — Manuel Reforço. — Recebemos 5\$00, ficando liquidada a sua assinatura até ao n.º 16.

Coimbra. — A. J. S. Martins. — Recebemos mais 5\$00. As vossas contas estão certas. Ficaram pagos até ao n.º 22.

Silves. — Sequeira. — Impossível o que mandaste. Vai como verás no jornal.

Auxílio à "A Batalha"

Transporte.... 2.543\$80

Subscrição aberta no Moutijo:	
Francisco Floriano, 1\$50;	
António Iça, 2\$00;	
Aniceto da Liberdade, 1\$00;	
António J. Dias, 5\$00;	
Bento Augusto, 1\$50;	
Joaquim Fernandes Supetos, 5\$00;	
António Alves Pacheco, 2\$00;	
Total.....	18\$00
Jaime Ribeiro Lima.....	7\$00
Nuno Ferreira Dias.....	2\$50
F. Floriano—Montijo.....	2\$00
Quete aberta pela Associação Operária dos Tecelões de Castanheira de Pera.....	43\$00
Manuel Gama—Bissau-Guiné....	20\$00
José da Silva Diniz—Vieira de Leiria.....	2\$00
António dos Santos Labisa Júnior	
—Albufeira.....	2\$00
Quete dos Canteiros que trabalham no Congresso da República.....	20\$00
Associação de Classe dos Caixeiros de Lisboa s/ cota d'este mês	
Ventura Fernandes—Ponta Delgada.....	10\$00
Manuel Reforço—Estremoz.....	41\$00
	5\$00

A transportar.... 2.716\$30

A BATALHA



VIDA SINDICAL

Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa

(Continuação da 7.ª página)

Comissão Inter-Federal

Reuniu-se a Comissão Inter-Federal, tendo apreciado ofícios da Mina de S. Domingos, Federação Têxtil e Vila Real de Santo António.

Recebeu mais amplas informações sobre a ação derrotista realizada nesta última localidade pelos políticos comunistas, sendo resolvido dar-lhe publicidade na Batalha.

Ouviu a exposição verbal do seu delegado à Conferência Rural de Évora, congratulando-se com o revigoramento da organização rural.

Câmara Sindical do Trabalho.

Reuniu-se a Comissão Administrativa, tendo apreciado um convite da Federação de Transportes para uma reunião, que considerou desnecessária por já se terem pronunciado os Sindicatos de Lisboa sobre os assuntos. Resolveu, porém, representar-se em consideração pelo organismo convocante mantendo as suas anteriores resoluções.

Aprecia várias questões de expediente, e, devidamente, a nota final da Comissão Inter-Federal, sendo tida como uma manifestação mais das novas táticas.

Sindicato Único dos Operários da Construção Civil de Lisboa.

Para tomar conhecimento do resultado dos trabalhos efectuados pelo sindicato, junto dos construtores civis, mestres de obras e proprietários de oficinas de canteiro, reuniu-se na passada terça-feira 18 de corrente a comissão administrativa do Sindicato, conjuntamente com as comissões administrativas das secções profissionais da indústria, com a comparecência das comissões de estudo da uniformidade de salários.

Aberta a sessão o secretário do sindicato, poe os componentes das referidas comissões, ao corrente dos trabalhos realizados. Foi feita a leitura de ofícios trocados entre as secções profissionais e as direcções das colectividades em questão, propondo para que das comissões de estudo fosse nomeada uma comissão, de um membro de cada, que entre si nomeariam a comissão que daria todas as voltas necessárias para resolver o assunto.

Sobre este caso falaram vários camaradas uns concordando, outros discordando, tendo pelo camarada Miranda sido apresentada uma questão prévia no sentido de ser nomeada uma comissão de três delegados para ir junto da direcção dos mestres de obras que se encontram reunidos na sua sede, saber qualquer coisa referente ao pedido formulado, o que foi aprovado, tendo sido nomeada a comissão que saiu imediatamente para se ocupar da referida missão.

Enquanto a comissão não vem para dar conta dos resultados da «démarche», Alberto Dias pede a palavra para perguntar ao secretário geral do sindicato por que não têm reunido os fiscais do horário como tinha sido aprovado numa reunião da secção de Belém há 2 meses, ao mesmo tempo que diz que as participações de infração à lei do horário que são entregues no governo civil, não se sabe o curso que têm seguido pelo que esperava que o secretário do sindicato alguma coisa dissesse à assembleia para Els se orientar.

O secretário do sindicato responde a Alberto Dias que a reunião dos fiscais não se tinha realizado por motivos que citou, e com referência ao andamento das participações entregues, tem a comissão procurado saber do andamento o que lhe tem sido impossível. No entanto vai convidar todos os fiscais do horário a reunir brevemente, e então se resolverá o caminho a seguir. Alberto Dias concorda com as explicações dadas, e pregunta se o sindicato recebeu um ofício dum organismo de solidariedade, o qual ainda não teve resposta.

Responde o secretário que não recebeu nenhum ofício, pois que se o tivesse recebido já tinha dado dele conhecimento, assim como daria a resposta ao mesmo.

Nesta altura tendo regressado a comissão que foi entrevistar a direcção dos mestres de obras, foi convidado um dos camaradas da referida comissão a dar conta dos trabalhos realizados; por um dos componentes

Quando do movimento revolucionário de 18 de Abril, de 1925, a Central Operária recusou colaborar com os partidos políticos burgueses, rejeitando uma proposta da velha Federação Marítima e dos Sindicatos dos Arsenais com esse fim. Nessa altura, a organização operária, recusou essa aliança que era prejudicial à sua independência, agindo livremente e pela ação directa dos trabalhadores, e isso levou esses organismos a abandonar a organização central. A campanha de ataque contra a organização operária vem assim tomando vulto desde esse tempo.

Nessa altura hostilizavam a Câmara Sindical e a organização das Juntas Sindicais votadas numa conferência dos Sindicatos de Lisboa de 1924 por verem que nestas organizações de defesa dos trabalhadores prejudicavam as células do Partido Comunista, que nessa altura pretendiam constituir. Mas hoje pela tática da absorção dos Sindicatos pelo mesmo Partido, falam em congressos locais em que cada Sindicato se comprometeria antecipadamente a subjugarse, e que seria um princípio de maior desorganização e de suicídio.

Mas se de facto quisessem a unidade materializavam o voto do Congresso Extraordinário de Lisboa de 1926, aceite por todos, para que aderissem e depois manifestassem os seus pontos de vista. Foi esse o fim da nossa exortação, a qual não punha condições; convidava a aderir. Mas isso não convinha à Comissão Inter-Sindical; o seu fim é destruir a Câmara Sindical, e provem-nos que na reunião de carácter transitório em que a nomearam não lhe deram os poderes que usa de organismo nacional. E esses poderes que ilicitamente usa, consultou o proletariado? Não! É portanto uma falsificação.

A Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa, aparte alguns sindicatos marítimos fluviáis e de portos, que nunca foram aderentes, os sindicatos dos chauffeurs e ferroviários porque são sindicatos regionais, e outros sindicatos de reduzida actividade e espírito combativo, agrupa no seu seio vinte sindicatos aderentes materialmente, e três que não podem materializá-la, mantém a sua solidariedade moral. A força numérica da Câmara Sindical compõe-se das classes de maior população, como: metalúrgicos, construção civil, corticeiros, fogueiros, marinheiros mercantes, pessoal de câmaras, mobiliários, compositores tipográficos, litógrafos, impressores tipográficos, encadernadores, alfaiates, tanoeiros, manipuladores de pão, empregados no comércio, fabricantes de calçado, chapeleiros, maquinistas fluviais, etc., etc.; e outras que são de menor quantidade de profissionais, e agrupa no seu seio as classes mais atingidas pela crise de trabalho. Foram estas classes que imprimiram a esta Câmara o carácter das suas reivindicações: Defesa e a redução da jornada de trabalho e unificação dos salários contra a crise de trabalho, e a reorganização sindical. A Câmara Sindical não usa «palavras de ordem» adaptadas para resolver a situação dos trabalhadores; falam-lhes claramente. Não é com palavras de ordem que os trabalhadores agem; é com a ação que os mesmos desenvolvem segundo as suas necessidades e dentro dos organismos sindicais e centrais sem a coacção das imposições dum qualquer partido.

Porque não falou a C. Inter-Sindical no subsídio, inscrevendo-o nas reclamações citadas na circular em referência? Porque mercê do esclarecimento desta Câmara e da Comissão Inter-Federal, depois de ser por nós agitados os inconvenientes de tal ideia, o proletariado a rejeitou principalmente as classes que estão no nosso seio e que são as que mais sentem a crise, mas que querem trabalho, independência, e nunca uma esmola aviltante que os punha coactos, agravando-lhe ainda a sua economia com novos impostos.

Queremos sintetizar esta observação: a Comissão Inter-Sindical que faça, se se sente com forças para o fazer, a propaganda das «palavras de ordem» que está incumbida de impôr ao proletariado, já que nada de útil tenha feito, mas que não pretenda por todos os meios dividir o proletariado tentando pela deturação dos factos impedir que os sindicatos de Lisboa, voluntariamente, por reconhecerem vantagem, adiram à Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa.

A esta Câmara não causaram surpresa estes manejos, mas o proletariado é que não conhece a procedência destes factos e necessita de ser esclarecido. Assim para se aquilatar da mentira, prefere-se fazer crer que esta Câmara aceita a colaboração com Comissão Paritária. Apesar de colaborar dessa Comissão três sindicatos, e essa deliberação é da inteira responsabilidade deles, porque são autónomos.

Que tem a Câmara com as atitudes particulares dos sindicatos? Nada!

Mas... as palavras de ordem da C. Inter-Sindical são: Especular! Mentir! Deturpar! e desorganizar os trabalhadores em benefício dum partido político.

Lamentamos que uma grande parte do nosso tempo e energia seja empregada nestas enervantes contendas, mas o nosso dever impõe-nos esclarecer a verdade. O nosso silêncio, embora fosse útil a nossa vontade, e o nosso desejo, serviria certamente de base a novas insídias.

Aceitem as Saudações Sindicalistas

A Comissão Administrativa da Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa

da comissão foi dito que estando a comissão reunida, após a entrega do cartão credencial, foram imediatamente recebidos pela direcção da associação a quem expuseram os motivos da sua ida ali, e ainda comunicando que estando a assembleia à espera de qualquer resposta pregunavam o que lhes podia ser dito em referência à reclamação das secções profissionais do organismo que representavam. Foi-lhes respondido que o assunto tinha sido tomado em consideração e que nesse momento ia a direcção tratar desse caso para o qual já tinha ali os apontamentos, e que a reunião a efectuar para tratar desse caso só se podia realizar em princípios do mês de Dezembro p. f. tendo ficado assente que, depois dessa data, se convocasse nova reunião para apreciar a resposta e resolver sobre a mesma.

Pelo camarada Alberto Dias é preguntado ao camarada secretário do sindicato, e isto para desfazer más intenções da parte de muitas criaturas, o que era feito do dinheiro da casa dos trabalhadores, pertencente à Indústria. Carlos Coelho responde que a importância se encontra depositada, como sempre esteve, e que ainda ultimamente se procedeu ao lançamento dos juros. Quem se quizer certificar da verdade, pode consultar

a caderneta do Montepio Geral que a vai buscar para seu poder a-fim-de poder ser verificada por quem o quiser fazer, tendo ficado assente fazer uma nota sobre este caso a ser publicada no nosso órgão a Voz do Construtor.

Mas ficou um resto...

Havia pecado muito e fez-se devota. Amou a deus e ao cura. Este aconselhava-a assim: «A caridade é o meio por exceléncia que te reabilitará ante Deus. Se caritativa, porém tem bastante cuidado em fazer bem, pois no mundo, há muitos fingidores. Nós conhecemos bem. Dai à igreja o que desejas distribuir, que os seus representantes, o repararão equitativamente e de acordo com a vontade de deus».

A sua fortuna era grande. Deu às mãos cheias. Levou a caridade a tal extremo que ficou reduzida à pobreza. Neste estado chegou a compreender que, os que ela considerou salvadores, a perderam.

Não vai mais à igreja, nem crê nos padres, mas crê ainda em deus e que este algum dia castigará os farcantes.

DO BARREIRO

O que eles na verdade são...

O Diário de Notícias noticia há dias, pela pena do seu correspondente no Barreiro, um formidável roubo praticado na celeberrima fábrica Cuf, roubo que foi levado a efeito pelos famigerados operários—alguns—do inocente e bem-aventurado Alfredo da Silva...

Pois bem, informados de como os factos se passaram, o formidável roubo não passou de uma ninharia que nem dava para um operário jantar, e pelo qual estão a ferros operários que as investigações provaram estar inocentes, mas que o mordomo-mor da Cuf de Barreiro—sr. João Silva—pessoa incapaz de tocar no alheio, e duma honestidade sem limites... impôs—a despeito desse facto—que continuassem detidos num calabouço. Nestas condições encontra-se o operário José Maria Farinha.

Preguntamos: Quem indemnizará os operários inocentes que a prepotência e ferocidade de um despota—lacaio de outro despota—lança para o oprobrio e para a miséria?

Se a justiça está convencida do inocência desse operário, como se justifica semelhante arbitrariedade?

Sim compreendemos.

Os milhões de A. S. fizem-no soberano coroado a quem a justiça tem que render homenagem...

Se assim não for já esse sr. estaria na Guiné, pois que é uma população de alguns milhares de almas que está sendo envenenada à ordem desse sr., com a generosa cumplicidade das entidades sanitárias que só vêm o que vulgarmente mais ninguém vê, e que não vêm aquilo que todos vêm.

O correspondente do Diário de Notícias foi muito solícito em tornar público um acto que nenhuma importância tem, mas esquece sistematicamente o crime monstruoso de A. S. na questão do fumo que as suas chaminés lançam para toda a vila e que está disimulado de plantações e saúde de todos os habitantes desta terra. Isto não lhe merece atenção, como lhe não merecem a atenção outros factos mais, porque os seus maiores só aceitam matrícula que possa ser explorado no seu balcão, sem prejuízo dos colegas.

Do assunto «fumos da U. F.» trataremos detalhadamente na próxima correspondência.—(C.)

P. S.—Depois de escrita esta carta, chegou-nos a informação que o operário, José Maria Farinha tinha sido restituído à liberdade pelo facto que já frisamos. Mais nos foi informado: A acusação do sr. João Silva baseava na afirmação de que aquele operário tinha conhecimento dos enormes roubos praticados na fábrica sem que disso desse conhecimento aos superiores. Tudo se provou em contrário. Nestas condições estará esse sr.—como honesto e digno—na disposição de dar uma satisfação do seu procedimento ao dito operário?

Da “Sirius”

A gigantesca estréla, estudada pelo astrônomo canadense Plaskett, forma dois sois dos quais, um tem o diâmetro vinte vezes maior do que o nosso sol e o outro dezoito. Este duplo sistema tem uma temperatura de 17.000 graus, e irradia 30 mil vezes mais luz do que o Sol. Apesar disso, pela sua extraordinária longitude, ela aparece-nos como uma estréla quase invisível a olho nu.

Quando a observamos, esta estréla aparece-nos tal como ela era há centenas de séculos. A luz deixou a estréla muito antes da época das pirâmides do Egito. A civilização egípcia floresceu e extinguiu-se. O mesmo sucedeu à dos gregos e dos romanos. A idade média com a invasão dos bárbaros apareceu e desapareceu. Durante todos estes séculos a luz veio seguindo o seu caminho da estréla para nós. E apesar da sua enorme rapidez de trezentos mil quilómetros por segundo, só hoje nos atingiu, depois duma viagem de centenas de séculos, para nos contar o estudo desta estréla naquele passado tão distante. O astro poderia desaparecer hoje, sem que nós deixássemos de o ver, ainda durante dez mil anos...